

HECKENBERGER, Michael J. *The Ecology of Power: Culture, Place, and Personhood in the Southern Amazon, A.D. 1000-2000*, New York and London, Routledge, 2005, 404 pp.

Antonio R. Guerreiro Júnior  
Doutorando em Antropologia Social (DAN/UnB)

*The Ecology of Power* é um livro provocador: através do exercício estimulante de dotar sítios arqueológicos de significado e agência e, ao mesmo tempo, buscar no presente etnográfico a objetivação de estruturas culturais de longa duração (inscritas no espaço, nos corpos e na memória coletiva), Michael Heckenberger desafia fronteiras disciplinares entre arqueologia e etnologia. Ao realizar este exercício em sua investigação de mais de doze anos sobre a origem e a evolução do Alto Xingu, conduzida entre os Kuikuro (um grupo de língua caribe daquela região), Heckenberger se coloca o duplo desafio de transformar a arqueologia em uma disciplina interpretativa e a etnologia em um modo de conhecimento necessariamente histórico – levando a resultados surpreendentes e levantando importantes questões para investigações futuras.

O livro toca em um tema delicado da etnologia amazônica: o lugar do poder político na produção da socialidade ameríndia. Na esteira dos trabalhos arqueológicos de Anna Roosevelt (1994) sobre as sociedades amazônicas, Heckenberger argumenta que um justo entendimento da política entre os povos da região exige uma crítica sistemática da “falácia histórica” (p. 9) que, por meio do estudo das dinâmicas sociais anteriores ao contato europeu (que teriam sido marcadas por formas de poder político mais elaboradas do que normalmente se supõe), rotulou-os

como pequenos, isolados e igualitários. O autor sugere que no Alto Xingu o poder político dos chefes hereditários (*anetaõ*, em caribe, plural de *aneti*), associado ao regionalismo e à grandiosidade das aldeias e “monumentos” (estradas, praças e casas especialmente decoradas) controlados por eles, teria desempenhado um papel determinante na história xinguana desde pelo menos o século IX d.C., quando grupos de língua aruaque começaram a se estabelecer na região. Casas, aldeias e o próprio sistema regional xinguano, concebidos como Pessoas sociais com histórias (e historicidades) diferenciadas, porém relacionadas em diferentes níveis, seriam o resultado da iteração no decorrer do tempo de relações fundamentalmente *políticas* – cuja compreensão permitiria apreender como, durante os cerca de mil anos de história analisados pelo autor, “things, persons, and places are transformed into containers of power” (p. 22).

O livro é dividido em duas partes (sendo a Parte I composta pela Introdução e os Capítulos 2 a 5, e a Parte II pelos Capítulos 6 a 10). A primeira é uma reconstrução arqueológica da formação do sistema alto-xinguano a partir de sua ocupação territorial e seus desenvolvimentos demográficos, acompanhada de uma hipótese sobre a organização política regional xinguana no período de seu apogeu populacional (entre 1400 e 1600 d.C.). Nos capítulos 2 e 3, Heckenberger situa a formação do sistema xinguano no período tardio das migrações dos povos de língua aruaque rumo ao sul da Amazônia (*circa* 500-800 d.C.). A coincidência de características na ocupação territorial e na fabricação de cerâmica entre regiões ocupadas por povos de língua aruaque e o Alto Xingu indicam que os primeiros habitantes da região foram aruaque (ao menos entre 800 e 1600 d.C), os quais teriam trazido traços culturais compartilhados por vários grupos desta família lingüística: o sedentarismo, a vida em grandes aldeias permanentes ao redor de praças ou locais sagrados, hierarquia social e articulação regional normalmente pacífica

por meio do comércio, do parentesco e do ritual. A fase inicial de ocupação do Alto Xingu compreenderia, portanto, o desenvolvimento do que Heckenberger identifica como os elementos centrais da cultura xinguana na longa duração: o sedentarismo, a vida em aldeias circulares (mais de dez vezes maiores do que as aldeias atuais), a hierarquia social e o regionalismo. Os povos que chegaram posteriormente (falantes de caribe e tupi) teriam sido progressivamente “aculturados” pelos primeiros habitantes e assimetricamente assimilados ao sistema político-ritual regional – como atestariam, por exemplo, a progressiva adoção pelos caribe do modelo aruaque de aldeia circular e as memórias dos xinguanos sobre guerra e canibalismo entre os ancestrais dos tupi. À época dos registros de Karl von den Steinen, no século XIX, os povos que chegaram depois dos aruaque já teriam sido plenamente assimilados, dando ao sistema xinguano a forma conhecida pelos etnógrafos.

O período por volta de 1500 d.C. mostra as características mais impressionantes reveladas pela conjugação do trabalho arqueológico com a etnografia (cf. capítulo 4). Naquele período, a população xinguana teria alcançado a marca das dezenas de milhares e se estendido por um território de pelo menos 20 mil quilômetros quadrados. A distribuição densa de aldeias enormes, fortificadas por fossos profundos e paliçadas, interligadas por grandes estradas, e a existência de grandes áreas devastadas pela agricultura, sugerem um universo social muito complexo, composto por grandes populações sedentárias, fortemente interligadas e reunidas ao redor de *locais de poder* (as grandes praças possuídas pelos chefes hereditários). A detalhada descrição de dois aglomerados de aldeias caribe ao redor das antigas aldeias Ipatse e Kuhikugu, que teriam reunido até dezessete aldeias bem maiores do que as atuais, é simplesmente surpreendente.

A descoberta desta “galactic polity” (p. 124) ameríndia permite a Heckenberger aplicar com muita força sua hipótese sobre a importân-

cia do poder político na história alto-xinguana. Como os chefes hereditários são os “donos” das praças centrais e estas são os lugares por excelência de produção de pessoas, de articulação ritual entre as aldeias e, portanto, do exercício do poder e produção da socialidade, Heckenberger argumenta que a concentração de aldeias menores ao redor de grandes aldeias (ou, de fato, grandes praças) sugere uma forma hierárquica de ocupação do território, diretamente relacionada à estrutura política. Tal forma de ocupação territorial refletiria uma estrutura baseada na hereditariedade do controle pelos chefes dos meios simbólicos e espaços de poder: as grandes praças das aldeias principais, centros de conexão com o passado e de produção da socialidade xinguana em todos os níveis. Aldeias menores estariam submetidas, por meio da posição de seus chefes na hierarquia regional, às aldeias maiores e mais importantes. Heckenberger parece fascinado por este período da história xinguana, que seria comparável a outras formações políticas pequenas e médias existentes alhures naquele período. Entretanto, esta estrutura teria sido progressivamente desmontada a partir de 1600 d.C.: o contato europeu teria provocado epidemias e drásticas reduções populacionais, desmantelando a política galáctica “original”, gerando disputas políticas e produzindo uma intensificação das acusações de feitiçaria e homicídios relacionados a estes conflitos (cf. capítulo 5).

A segunda parte do livro é uma etnografia dos Kuikuro, cujo objetivo é mostrar que a socialidade xinguana atual também pode ser pensada a partir da centralidade do poder, fundada sobre duas distinções hierárquicas elementares: entre chefes (*anetaō*) e “comuns” (*kamaga*, corruptela da palavra “camarada”, em português) e entre irmãos mais velhos e mais novos. “Simple as it may seem, this basic distinction (...) iterates across time into high-ranking and cadet descent lines” (p. 258). A tese do autor é que estas distinções seriam internas a todos os níveis da socialidade xinguana, e que as Pessoas, em suas diferentes escalas e tamanhos

(tais como indivíduos, casas, aldeias e aglomerados de aldeias), se diferenciariam somente por suas capacidades de memória e agência (fazendo referência ao conceito de “pessoa fractal”). Nos capítulos 6 e 7, a hierarquia entre chefes e “comuns”, bem como o poder associado a ela, são apresentados como o elo entre o modo Kuikuro de organização do espaço e suas formas de produção da socialidade: as oposições entre centro e periferia da aldeia, e entre “interior” e “exterior”, comporiam uma cartografia política da socialidade tendo a *praça* como fundamento. Este seria o lugar por excelência para se criar, interagir e decompor pessoas: uma “architecture of power”, mas também “a political discourse” (p. 292), a partir do qual memória e poder são inscritas no espaço, nas identidades das pessoas e dos grupos – configurando uma “ecologia do poder”.

O autor interpreta esta estrutura a partir dos conceitos de “sociedades a Casas” e de pessoa fractal (cf. capítulos 8, 9 e 10). Heckenberger afirma que a “pessoa social” que se reproduz em todos os níveis é uma só: o *otomo*, categoria (caribe) relacional e inclusiva que poderia se referir simultaneamente a uma parentela extensa, a uma Casa ou a uma aldeia, todas obedecendo à dupla hierarquia entre irmãos mais velhos e mais novos e entre chefes e comuns, que dariam origem a linhas masculinas hierarquizadas. Cada Casa seria propriedade de um chefe e, assim como estes, as Casas seriam hierarquizadas. Sua permanência no tempo através da perpetuação de nomes no interior da parentela que a habita faria dela uma Pessoa, dotada de certa capacidade de memória e agência. O chefe principal, representante da linha masculina superior/mais velha, seria o dono da Casa principal e teria a aldeia como sua Grande Casa. Esta teria uma memória social muito mais ampla: por meio dos chefes e da fabricação ritual de ancestrais seria possível transformar a aldeia em Pessoa, ligada a heróis ancestrais (invocados em discursos cerimoniais pelos chefes legítimos) e aos deuses – o que caracterizaria o

sistema político xinguano como uma “chefatura teocrática” (p. 329). Tudo se reproduziria obedecendo a estes princípios hierárquicos e escalares nos corpos, nas casas, nas relações entre casas, na política galáctica e em toda a região, hierarquizando toda a sociedade xinguana e colocando os chefes a meio caminho entre as pessoas, os deuses e a possibilidade de surgimento do Estado (p. 341), entre a socialidade presente e a história xinguana na sua longa duração.

O esforço do autor para situar o desenvolvimento do Alto Xingu na história da diáspora aruaque é monumental, e *The Ecology of Power* é uma leitura indispensável para se compreender o contexto populacional e político da América do Sul no qual a “sociedade xinguana” começou a se desenvolver (sobretudo por resgatar questões a respeito do lugar da hierarquia e do poder político entre os grupos aruaque e em sistemas regionais dos quais estes povos participam – questões ligadas a uma tradição cultural que durante muito tempo ficou em segundo plano na etnologia amazônica).

Mas o livro levanta muitos problemas que ainda precisam ser explorados pela etnografia. Em primeiro lugar, a utilização de material etnográfico de origem caribe para se descrever uma estrutura aruaque de longa duração exigiria pelo menos a particularização deste ponto de vista: ele talvez seja um ponto de vista Kuikuro/caribe sobre eles mesmos, sobre sua história como xinguanos e sobre suas relações com os aruaque, o que talvez faça alguma diferença – como faz, por exemplo, entre os tupi xinguanos (cf. Bastos, 1995; Coelho de Souza, 2001).

Outro ponto importante é o valor teórico atribuído aos xinguanos como agentes históricos. As inúmeras disputas pelo *status* de chefe e as freqüentes acusações de feitiçaria amplamente registradas pelos etnógrafos do Alto Xingu são interpretadas por Heckenberger como o resultado de “significant deterioration of traditional patterns” (p. 317), o que teria desorganizado uma estrutura hierárquica original suposta-

mente mais estável. Entretanto, as memórias de alguns xinguanos atuais estão marcadas pela alternância de chefes no poder mesmo quando havia líderes hereditários aptos a assumir o cargo, indicando que a instabilidade da hierarquia dos chefes parece mais uma possibilidade lógica interna ao sistema do que uma “deterioração” (cf. Guerreiro Júnior, 2008, pp. 50-55). A feitiçaria também levanta problemas complicados. Ela parece ter sido fundamental para a dispersão de pessoas de diferentes origens em diversos grupos sem desencadear guerras (Coelho de Souza, 2001), e parece importante a recorrente possibilidade de transformação de chefes em feiticeiros e *vice-versa* (Cardoso et al., 2008). Isto sugere que, mesmo que possa ter sido intensificada pelo contato, a feitiçaria mantém uma relação íntima com a chefia, o regionalismo e a história xingwana de maneira geral (e que a diferença entre a chefia e a feitiçaria talvez seja mais de ponto de vista do que de natureza). Isto chama a atenção para a necessidade de se conduzir estudos etnográficos detalhados sobre a natureza das transformações políticas do Alto Xingu. Sem dúvida, é fundamental investigar como as relações entre agentes não-indígenas (ONGs, o Estado, turistas etc.) são administradas pelos chefes a partir dos idiomas e estratégias políticas locais para que possamos saber como e em que medida isto interfere sobre as formas xinguanas de produção de socialidade (gerando conflitos, fissões, fortalecendo chefes menos legítimos). Pois ao chegar ao final deste excelente livro que é *The Ecology of Power*, ficamos com a (instigante) sensação de que devemos olhar com atenção o que os alto-xinguanos fizeram e vêm fazendo da história – ou como eles vêm transformando, com todas as dificuldades inerentes a este processo, a história do contato em *sua* história.

## Bibliografia

BASTOS, R. J. M.

1995 “Indagação sobre os Kamayurá, o Alto-Xingu e outros nomes e coisas: uma etnologia da sociedade Xinguara”, *Anuário Antropológico*, Brasília, vol. 94: 227-269.

CARDOSO, M. D.; GUERREIRO JÚNIOR, A. R.; NOVO, M. P.

2008 “As flechas de Maria: xamanismo, hierarquia política e transformação no Alto Xingu”, *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, Porto Seguro, vol. 1, GT 24, pp. 1-29.

COELHO DE SOUZA, M. S.

2001 “Virando gente: notas a uma história aweti”, in FRANCHETTO, B.; HECKENBERGER, M. (orgs.), *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, pp. 358-400.

GUERREIRO JÚNIOR, A. R.

2008 *Parentesco e aliança entre os Kalapalo do Alto Xingu*, Dissertação (Mestrado), São Carlos, UFSCar.

ROOSEVELT, A.

1994 “Amazonian Anthropology: Strategy for a New Synthesis”, in \_\_\_\_\_ (org.), *Amazonian Indians from Prehistory to the Present*, Tucson, University of Arizona Press, pp. 1-29.